

Ministros querem a credibilidade de volta

BRÁSILIA
AGÊNCIA ESTADO

Se a crise é de credibilidade nacional diante das instituições, destacando-se o governo, entre elas, como a mais atingida, o que fazer para virar o jogo? Essa pergunta começou a ser formulada esta semana por ministros e auxiliares do presidente José Sarney, preocupados com a evidência de que, no bojo de uma convulsão, serão o governo e a Nova República os primeiros atingidos.

Um bom início, eles acentuam, poderia ser o exemplo dado pelo próprio governo, capaz de despertar a sociedade, ainda que ela também necessite agir por si mesma. Muito da permissividade existente acontece na esfera privada, no dia-a-dia de cada cidadão. O que não dá mais é deixar as coisas como estão, à maneira do avestruz que enfia a cabeça na areia em meio à tempestade. A eficiência é inimiga da impunidade.

Uma espécie de análise da situação começa a ser formulada informalmente por ministros como Paulo Brossard, da Justiça, Ivan de Souza Mendes, do SNI, Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil, bem como os três militares, que imaginam não só possível como necessário um esforço global para restabelecer a confiança do País nas suas instituições. Se o governo fizer a parte dele, será meio caminho andado.

Fazer o quê? De início, aplicar a lei, inflexivelmente. Precisar, depois, haver a correspondência do Judiciário, para dar sequência à iniciativa, e essa é outra questão. Por que não interessar logo o Judiciário na empreitada, ele que também se vê desacreditado como instituição, dado o acúmulo de trabalho dos juizes, a morosidade no andamento dos processos e outras razões? Nenhum presidente de Tribunal de Justiça dos estados negaria a uma convocação para discutir o assunto.

Descumpre-se a lei de mil formas, e os obstáculos à sua aplicação surgem variados. Mas, se ela existe, dá para tentar. Corrupção, facilidades, falcaturas de grandes e pequenos benefícios, favores e negócios especiais deixariam de se tornar lugares comuns diante da advertência e da aplicação da lei. Em especial naquilo que envolva agentes do governo, mas indo adiante. Porque se existem corruptos entre os funcionários públicos, daqueles que exigem e recebem altas e baixas propinas para celebrar contratos ou para liberar verbas, é sinal de que existem também corruptores. Os negócios malfeitos, as comissões, as concorrências viciadas, as importações escandalosas e desnecessárias, os auxílios financeiros a entidades declaradamente falidas — tudo precisaria ser apurado e punido com verso e reverso. Ou, pelo menos, denunciado. A perspectiva de denúncia intimida. Adverte.

Naquilo que depender do poder público, e o diagnóstico sendo feito, importa começar corrigindo suas distorções, seus excessos e seus vícios através da lei, que é farta. Outra tarefa se abriria ao governo: na medida de suas prerrogativas e de sua alçada, intervir para obstar a permissividade em instituições privadas. Tome-se a medicina. Há escândalo inominável da comercialização do sangue? Que se identifique, denuncie e responsabilize os culpados, que até prejudicam empresas sérias dedicadas à questão. Hospitais celebram contratos-fantasma com a previdência social? Punição neles. A fraude nos vestibulares é outro exemplo atual. Tornou-se prática generalizada. Que se desça ao

fundo do poço, com as consequências que vierem. Empreiteiros acertam essa ou aquela concorrência de maneira criminoso para avançar nos cofres públicos? É preciso apontá-los e processá-los. Proibir que continuem negociando com o governo. Empréstimos inválidos foram concedidos por órgãos públicos a entidades empenhadas em investir contra a poupança popular? Encontre-se os responsáveis. Que se divulguem nomes e cifras, de um lado e de outro, com a imediata abertura de processos.

Não será por aí, é certo, que a economia se irá recuperar ou que o País suplantará seus graves problemas sociais. Mas, pelo menos, a credibilidade poderá lentamente ser restabelecida. Aos poucos e mesmo sob o descrédito geral, dois anos se abrem à frente do governo. Se essa mudança de atitude não for começada agora, será fatal que a falta dela servirá a aventureiros e demagogos, uma vez aberta a sucessão presidencial. Não se trata do falso moralismo, nem de transformar o Brasil numa grande delegacia de Polícia, muito menos da retomada de instrumentos arbitrários, daqueles utilizados pela ditadura recente. Aliás, sem êxito. A democracia possui mecanismos em condições de preservar a honestidade. Ou de punir a desonestidade. Basta olhar em volta. Nos Estados Unidos, na França ou na Alemanha Federal, apesar dos confrontos políticos, há credibilidade nas respectivas instituições, começando pelas públicas. Porque a lei, nesses países, é dura e é aplicada.

Todo esse raciocínio, ouvido ontem de alguns ministros, poderá produzir efeitos, desde que parta do presidente José Sarney uma determinação específica. Talvez nem em 20, nem em 40 anos, a população passe a respeitar e a acreditar plenamente no governo e nas demais instituições. Mas dois anos de ação seriam um excelente início.

Apesar dessas cautelosas colocações que ganham o Ministério, ou parte dele, o descrédito permanece como palavra de ordem. Mil ressalvas são colocadas pelos próprios formuladores. Para uns, as boas intenções esbarrariam na esclerosada máquina estatal do Executivo e do Judiciário. Outros localizam obstáculos no comportamento das elites, acostumadas a tirar vantagem de tudo. Para muitos, esse tipo de ação favoreceria os saudosos do autoritarismo. Para outros, ironicamente, as esquerdas sairiam beneficiadas.

Há que verificar, porém, em meio à débacle geral, da qual não escapam os governadores empossados no ano passado, que dois deles conseguiram manter-se à tona, salvados do naufrágio dos companheiros: Alvaro Dias, do Paraná, e Fernando Collor de Mello, de Alagoas. Por quê? Porque mesmo carentes de instrumentos legais, mobilizaram-se politicamente para exercer a autoridade que lhes cabe. Compraram brigas homéricas com setores poderosos, mas, como prêmio, conquistaram o respeito e o apoio das populações. Nenhum dos dois faz milagres. Não resolveram problemas econômicos ou sociais, mas vão restabelecendo a credibilidade no poder público que enfizaram.

Quem quiser acreditar que acredite na possibilidade de mais essa tentativa dar certo. Por enquanto, o provável, até, é que não dê. Afinal, quase três anos decorreram do advento da Nova República e o resultado foi esse que aí está, uma credibilidade cada vez menor da Nação em suas instituições. Da preocupação de alguns ministros, porém, dá-se notícia. C.C.